

A discussão da Sexualidade vem ganhando espaço no cenário nacional já há algum tempo. A partir da promulgação da constituição de 1988, as questões relativas à diversidade sexual passam a incorporar o âmbito dos direitos humanos. Ainda que o Brasil tenha altas taxas de violência contra a população LGBT, o país destaca-se mundialmente por ser um dos países a proporcionar espaços legitimados para a construção de políticas de reconhecimento desses cidadãos/ãos, de modo particular no ambiente escolar, por meio do programa “Brasil sem Homofobia”. Nessas circunstâncias, os saberes relativos à Psicologia são utilizados como forma de proporcionar legitimidade aos enunciados sobre a sexualidade e a homofobia. **Objetivo:** Compreender o uso dos saberes oriundos da(s) Psicologia(s) no que diz respeito à construção dos documentos que dirigem as políticas públicas no País. **Metodologia:** Foram analisados os seguintes documentos: Programa Nacional de Direitos Humanos de 2009, O Relatório Final da I Conferência Nacional LGBT e a Políticas Nacional de Direitos e Cidadania LGBT e o Relatório da Conferência nacional de Educação, os quais foram produzidos a partir da discussão sobre a temática da diversidade sexual em fóruns públicos. Estes documentos foram submetidos à análise de discurso proposta por Michel Foucault. **Resultados:** Os enunciados referentes à Psicologia emergem em alguns textos, os quais foram divididos em três categorias: Concepção de Sexualidade/Diversidade Sexual, Gênese do preconceito/Homofobia e Ações propostas/ Estratégias. **Conclusões:** Os conhecimentos de caráter psicológico estão presentes nos documentos analisados, principalmente no que diz respeito à uma noção de construção social da sexualidade em oposição a uma perspectiva naturalizada. Além disso, a efetivação dessas propostas parecem ser bastante “psicologizadas”, procurando utilizar uma nomenclatura condizente, mas que não encontra respaldo na realidade.